

A. I. Nº - 299314.0017/02-8
AUTUADO - RHI DO BRASIL HOTELARIA LTDA.
AUTUANTE - CRIZANTO JOSÉ BICALHO
ORIGEM - INFAZ CAMAÇARI
INTERNET - 22.04.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0115-01/03

EMENTA: ICMS. REGIME DE APURAÇÃO. PAGAMENTO DO IMPOSTO EM FUNÇÃO DA RECEITA BRUTA. REFEIÇÕES. RECOLHIMENTO EFETUADO A MENOS. Não consta nos autos, como alega a defesa, que no cálculo do imposto foram incluídas operações isentas, não tributáveis ou tributáveis pelo regime de substituição tributária. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 26/12/2002, acusa recolhimento de ICMS efetuado a menos, referente à comercialização de refeições, sendo apurado o imposto de acordo com o regime de apuração em função da receita bruta. Imposto exigido: R\$ 12.406,14. Multa: 60%.

A defesa alega que lhe teria sido “informado” que os valores lançados representam a diferença entre o valor do débito fiscal apurado com base no percentual de 5% sobre a receita bruta mensal declarada no livro Razão e o valor do ICMS recolhido pela empresa, constante no banco de dados da SEFAZ. Em face dessa informação, diz ter “inferido” que o autuante se baseou nos valores lançados no livro Razão da empresa na rubrica “Vendas alimentação”, por cada unidade de atendimento, onde a empresa contabiliza as receitas relativas a alimentação e bebidas, considerando o valor total mensal como base de cálculo do imposto. A seu ver, o fisco não teria observado a regra do inciso V, “c”, do art. 504 do RICMS/97, que exclui da base de cálculo os valores relativos a operações isentas, não tributáveis ou tributadas pelo regime de substituição tributária. Alega que não há infração.

O fiscal autuante contrapõe que o contribuinte não contabiliza alimentação e bebidas numa única conta, mas sim separadamente.

VOTO

De acordo com os elementos destes autos, não consta, como alega a defesa, que no cálculo do imposto foram incluídas operações isentas, não tributáveis ou tributáveis pelo regime de substituição tributária. Foi anexado o plano de contas da empresa (fls. 17 e 18), no qual consta a descrição individualizada e por códigos das receitas de alimentação, bebidas e outros itens. Também foram anexadas cópias do Razão analítico (fls. 19 a 161), onde constam os lançamentos individualizados. Confrontando os lançamentos relativos a alimentação, verifica-se que no demonstrativo à fl. 11, apresentado pelo autuante, só foram incluídas as receitas de alimentação.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **299314.0017/02-8**, lavrado contra **RHI DO BRASIL HOTELARIA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 12.406,14**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de abril de 2003.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA